

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ACEF S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes

ACEF S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ACEF S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ACEF S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Claudio Camargo'.

Claudio Camargo
Contador CRC-1PR038.371/O-1

ACEF S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.370	2.108	8.059	2.108
Contas a receber	5	27.366	20.470	30.839	20.470
Tributos a recuperar		835	1.138	835	1.138
Adiantamentos a funcionários		12	7	36	7
Outros créditos		450	1.187	4.994	1.187
Total do ativo circulante		36.033	24.910	44.763	24.910
Não circulante					
Depósitos judiciais		814	309	1.873	309
Investimentos	6	136.590	-	-	-
Imobilizado, líquido	7	13.385	9.814	79.624	9.814
Intangível, líquido	8	474	646	71.163	646
Total do ativo não circulante		151.263	10.769	152.660	10.769
Total do ativo		187.296	35.679	197.423	35.679

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	122.776	379	123.118	379
Fornecedores		1.552	500	2.540	500
Obrigações trabalhistas	10	7.568	8.486	12.281	8.486
Obrigações tributárias	11	3.729	6.329	5.278	6.329
Dividendos a pagar		-	521	-	521
Adiantamento de clientes		2.654	2.527	3.986	2.527
Obrigações por aquisições de participações societárias	13	5.026	-	5.026	-
Outras contas a pagar		-	806	-	806
Total do passivo circulante		143.305	19.548	152.229	19.548
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	465	610	465	610
Obrigações tributárias	11	3.780	4.570	3.780	4.570
Provisão para demandas judiciais	12	1.353	1.456	2.556	1.456
Obrigações por aquisição de participações societárias	13	10.000	-	10.000	-
Total do passivo não circulante		15.598	6.636	16.801	6.636
Patrimônio líquido					
Capital social	14	6.869	6.869	6.869	6.869
Reservas de capital	14	15.131	-	15.131	-
Reservas de lucros	14	6.393	2.626	6.393	2.626
Total do patrimônio líquido		28.393	9.495	28.393	9.495
Total do passivo e patrimônio líquido		187.296	35.679	197.423	35.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	17	155.853	139.313	155.853	139.313
Custo dos serviços prestados	18	(76.222)	(73.975)	(76.222)	(73.975)
Lucro bruto		79.631	65.338	79.631	65.338
Despesas e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	18	(22.923)	(22.395)	(22.923)	(22.395)
Depreciação e amortização	18	(2.219)	(1.787)	(2.219)	(1.787)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	18	(5.690)	(3.844)	(5.690)	(3.844)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	446	5.909	446	5.909
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		49.245	43.221	49.245	43.221
Receitas financeiras	19.1	899	2.729	899	2.729
Despesas financeiras	19.2	(3.039)	(6.590)	(3.039)	(6.590)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		47.105	39.360	47.105	39.360
Imposto de renda e contribuição social	20	(36)	-	(36)	-
Lucro líquido do exercício		47.069	39.360	47.069	39.360
Média ponderada das ações no exercício	15	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ação em reais	15	117,62	98,36		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	47.069	39.360	47.069	39.360
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	47.069	39.360	47.069	39.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
		Capital social	Futuro aumento de capital	Retenção de lucros	Reserva legal			Total das reservas de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2013		6.869	-	(19.672)	80	(19.592)	-	(12.723)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.360	39.360
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	19.672	-	19.672	(19.672)	-
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	984	984	(984)	-
Dividendos distribuídos	14.d	-	-	-	-	-	(17.142)	(17.142)
Retenção de lucros		-	-	1.562	-	1.562	(1.562)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		6.869	-	1.562	1.064	2.626	-	9.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	47.069	47.069
Constituição da reserva legal	14.b	-	-	-	310	310	(310)	-
Dividendos distribuídos	14.d	-	-	-	-	-	(28.171)	(28.171)
Trasferência para reserva de futuro aumento de capital	14.d	-	15.131	-	-	-	(15.131)	-
Retenção de lucros		-	-	3.457	-	3.457	(3.457)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		6.869	15.131	5.019	1.374	6.393	-	28.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.105	39.360	47.105	39.360
Depreciação e amortização	2.219	1.787	2.219	1.787
Encargos financeiros sobre financiamentos	931	126	931	126
Provisão para demanda judicial	(103)	(5.886)	(103)	(5.886)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.690	3.844	5.690	3.844
Outros	1.722	168	1.721	168
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Mensalidades a receber	(12.586)	(11.747)	(12.586)	(11.747)
Adiantamento a funcionários	(5)	4	(5)	4
Depósitos judiciais	(505)	(49)	(505)	(49)
Outros créditos	737	(487)	(3.403)	(487)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	1.052	(448)	1.052	(448)
Obrigações trabalhistas	(918)	2.603	(918)	2.603
Obrigações tributárias	(3.391)	(4.611)	(3.391)	(4.611)
Mensalidades antecipadas	127	(69)	127	(69)
Outras contas a pagar	(806)	790	(806)	790
	41.269	25.385	37.128	25.385
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(599)	-	(599)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	41.269	24.786	37.128	24.786
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição CEUNSP	(101.550)	-	(100.860)	-
Acrécimo no imobilizado	(6.902)	(5.742)	(6.902)	(5.742)
Acrécimo no intangível	(144)	(172)	(144)	(172)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(108.596)	(5.914)	(107.906)	(5.914)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(20.040)	-	-	-
Dividendos pagos	(28.692)	(16.621)	(28.692)	(16.621)
Empréstimos e financiamentos pagos	(931)	(1.932)	(16.831)	(1.932)
Captação de empréstimos e financiamentos	925	1.345	925	1.345
Captação de debêntures	121.327	-	121.327	-
Partes relacionadas	-	(2.451)	-	(2.451)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	72.589	(19.659)	76.729	(19.659)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.262	(787)	5.951	(787)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2.108	2.895	2.108	2.895
No fim do exercício	7.370	2.108	8.059	2.108
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.262	(787)	5.951	(787)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Av. Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 – Pq. Universitário – Franca - SP. A Companhia e sua controlada direta têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

Aquisição de controlada

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”). O Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio possui atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2016.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da sua controlada Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda ("CEUNSP") as quais foram preparadas na mesma data base e utilizaram políticas contábeis uniformes. O resultado das operações da controlada CEUNSP no período de 23 de dezembro de 2015 (data da aquisição) e 31 de dezembro de 2015 foi imaterial e não está apresentado nas demonstrações dos resultados consolidadas, nas demonstrações dos resultados abrangentes consolidadas e nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados, são eliminados totalmente na consolidação das demonstrações financeiras.

Controladas são empresas nas quais a Companhia tem poder de governar a políticas financeiras e operacionais e mantém, em geral, ações que representam maioria dos direitos de voto.

As controladas são consolidadas a partir da data da compra, que corresponde a data quando a Companhia obtém o controle, e é excluída da consolidação na data quando esse controle é perdido.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) *Provisões para demanda judicial*

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, fiscal e trabalhistas. Os valores envolvidos em tais ações são estimados com base na opinião de advogados externos, responsáveis por representar a Companhia e sua controlada, e também por fornecer periodicamente pareceres que reflitam o andamento das ações, os respectivos valores envolvidos, bem como as probabilidades de êxito para a Companhia e também para a sua controlada.

Amparada nos critérios determinados pela legislação atual em conjunto com a análise dos pareceres enviados pelos advogados externos, a Companhia e sua controlada constitui e atualiza periodicamente as provisões sobre essas estimativas. Tendo em vista o caráter subjetivo que cerca o tema, a Companhia e sua controlada efetuam a atualização das estimativas mensalmente, visando mitigar os riscos de ajustes contábeis significativos quando da liquidação das ações.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, a taxa de juros, o risco de liquidez, o risco de crédito e a volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

c) *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Tendo em vista o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e sua controlada constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e sua controlada. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

d) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou alterações econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar uma redução ou perda do seu valor recuperável. Se forem identificadas tais evidências, e o valor contábil exceder o valor recuperável, uma provisão para perda por redução é então registrada, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre seu valor em uso e seu valor justo menos custos de vendas.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Na prática, a Companhia e sua controlada não tiveram ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, financiamentos e fornecedores. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado são acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

2.4.1. Classificação

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada possuem instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis:

a) *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.1. Classificação--Continuação

b) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes e demais ativos circulantes" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas e despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.3. Impairment de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (c) a Companhia e sua controlada, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão impaired. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações e os saldos das demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Transações e saldos

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para reais "moeda funcional", utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de sua avaliação, na qual os itens são mensurados. As variações cambiais resultantes da liquidação dessas transações, bem como os ajustes efetuados nos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Combinação de negócios--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, faturado e a faturar, correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. O prazo médio de recebimento é inferior a um ano e dessa forma as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

O seu reconhecimento é normalmente efetuado pelo valor total da transação e ajustado pela provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessário. A provisão é substancialmente baseada em recebíveis vencidos, além de contas a receber específicas consideradas não cobráveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Eventualmente, nos casos em que o imobilizado é proveniente de uma combinação de negócios, o imobilizado é reconhecido ao seu valor justo na data em que a combinação de negócios foi reconhecida. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte:

CEUNSP

Marca - 25 anos

Relacionamento com clientes – 5 anos

Cláusula de Não- Concorrência – 5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações faturadas por bens ou serviços adquiridos e efetivamente prestados, e as obrigações com prestadores de serviços de assistência, monitoramento e rastreamento, referem-se a serviços efetivamente prestados por fornecedores no curso normal dos negócios, cujas faturas ainda não foram recebidas. As obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Fornecedores--Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e sua controlada são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº1394 de 12/09/2013, que de acordo a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096, de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas, durante o período de vigência do termo de adesão, dos tributos: contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS); contribuição para o PIS/Pasep; contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); e imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ), devendo apurar a isenção através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Tributos--Continuação

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para a Companhia e sua controlada diretas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e sua controlada diretas, passam a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de Receitas com Aplicações Financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino incidem ISS e as respectivas alíquotas levando em consideração cada Município são de 2% a 5%.

2.12. Provisões para demanda judicial

A Companhia e/ou suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais quando for provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados

Os pronunciamentos (incluindo revisões) e interpretações de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e IFRICs, que foram emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada estão identificados a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto	Contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.
IAS 38/CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.

No caso do IFRS 9 e IFRS 15, a Companhia e sua controlada irão avaliar os impactos pela sua adoção quando pronunciamentos semelhantes eventualmente forem divulgados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Administração não espera que a adoção dos demais pronunciamentos irá impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

3. Combinação de negócios

3.1. CEUNSP

Em 23 de dezembro de 2015 a ACEF concretizou a aquisição de 100% das cotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"). Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 24 de novembro de 2015.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Valor desembolsado na data da aquisição	101.550
A serem pagos de forma parcelada	15.000
Total da contraprestação	116.550

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Combinação de negócios--Continuação

3.1. CEUNSP--Continuação

a) Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da CEUNSP, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresenta valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição é apresentado a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	689
Contas a receber	3.473
Outros ativos	1.720
Imobilizado	66.239
Intangível Marca	10.787
Relacionamento com clientes	3.849
Cláusula de não concorrência	8.171
	94.928
Passivo	
Fornecedores	(989)
Empréstimos e financiamentos	(16.242)
Outros passivos	(8.797)
	(26.028)
Total de ativos identificáveis líquidos	68.900
Ágio	47.650
Total da contraprestação	116.550

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da CEUNSP. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Combinação de negócios--Continuação

3.1. CEUNSP--Continuação

a) Alocação do valor justo--Continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos identificados na combinação de negócios

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Imóvel	48.782	Método comparativo de dados de mercado	25 anos
Marca	10.787	Método da "economia de royalties"	50 anos
Relacionamento com clientes	3.849	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	8.171	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	Dezembro/2015
Preço de aquisição pago em caixa	101.550
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(690)
Desembolso líquido de caixa em 2015	100.860

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios gerados pela CEUNSP, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 23 de dezembro de 2015, sendo as transações entre 24 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 imateriais. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas consolidadas totalizariam R\$ 74.340 e o lucro consolidado das operações seria de R\$ 4.723.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$315, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada ACEF possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da CEUNSP.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	11	103	11	103
Equivalentes de caixa	7.359	2.005	8.048	2.005
Total	7.370	2.108	8.059	2.108

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mensalidades	(a)	23.780	18.894	36.071	18.894
Crédito universitário	(b)	17.021	10.621	17.021	10.621
Acordos em andamento	(c)	5.587	4.455	5.587	4.455
Outras contas a receber		879	711	522	711
Subtotal		47.267	34.681	59.201	34.681
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(19.901)	(14.211)	(28.362)	(14.211)
Total		27.366	20.470	30.839	20.470

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber que foram objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e sua controlada.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

(c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.

(d) A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixa de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
(=) Saldos em 31/12/2013	10.367	10.367
(+/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.844	3.844
(=) Saldos em 31/12/2014	14.211	14.211
(+/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.690	5.690
(+) Aquisição Ceunsp	-	8.461
(=) Saldos em 31/12/2015	19.901	28.362

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2015	%	31/12/2014	%
A vencer				
Crédito universitário	17.021	36%	10.621	31%
Mensalidades a receber	401	1%	808	2%
Acordos em andamento	808	2%	1.546	4%
Outras contas a receber	879	2%	711	2%
Vencidos				
Até 180 dias	8.257	17%	6.784	20%
Acima de 180 dias	19.901	42%	14.211	41%
Total	47.267	100%	34.681	100%

	Consolidado			
	31/12/2015	%	31/12/2014	%
A vencer				
Crédito universitário	17.021	29%	10.621	31%
Mensalidades a receber	401	1%	808	2%
Acordos em andamento	808	1%	1.546	4%
Outras contas a receber	522	1%	711	2%
Vencidos				
Até 180 dias	12.087	20%	6.784	20%
Acima de 180 dias	28.362	48%	14.211	41%
Total	59.201	100%	34.681	100%

A Companhia constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e sua controlada constituíram uma perda de 100% para os títulos vencidos acima de 180 dias.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2015</u>
Valor pago na aquisição da CEUNSP (vide Nota Explicativa 3)	116.550
Adiantamento para futuro aumento de capital na CEUNSP	20.040
Total	<u>136.590</u>

b) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada direta em 31 de dezembro de 2015

	<u>CEUNSP</u>
% de Participação	99,99%
Ativo circulante	8.730
Ativo não circulante	19.274
Total do ativo	<u>28.004</u>
Passivo circulante	8.924
Passivo não circulante	21.243
Patrimônio líquido	(2.163)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>28.004</u>
Lucro líquido do período de 23 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>

As demonstrações financeiras da CEUNSP foram consolidadas às demonstrações financeiras da ACEF S.A. em 31 de dezembro de 2015. Considerando que o resultado do período de 23 de dezembro (data da aquisição) a 31 de dezembro de 2015 não foi significativo, os valores de receitas, custos e despesas da CEUNSP não foram considerados na consolidação da demonstração de resultados da Companhia.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

É composto por:

a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	6.879	(2.815)	4.064	6.124	(2.269)	3.855
Veículos	20	300	(220)	80	286	(181)	105
Equipamentos de informática	20	4.823	(3.003)	1.820	4.042	(2.499)	1.543
Máquinas e equipamentos	10	7.820	(4.471)	3.349	6.655	(4.149)	2.506
Móveis e utensílios	10	2.963	(2.020)	943	2.379	(1.925)	454
Instalações	10	694	(619)	75	668	(599)	69
Benfeitorias (a)	10	1.868	(155)	1.713	603	(42)	561
Outras imobilizações	10	1.642	(301)	1.341	956	(235)	721
		26.989	(13.604)	13.385	21.713	(11.899)	9.814

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Prédios	4	58.270	-	58.270	-	-	-
Acervo bibliográfico	10	7.637	(2.815)	4.822	6.124	(2.269)	3.855
Veículos	20	628	(220)	408	286	(181)	105
Equipamentos de informática	20	6.383	(3.003)	3.380	4.042	(2.499)	1.543
Máquinas e equipamentos	10	8.194	(4.471)	3.723	6.655	(4.149)	2.506
Móveis e utensílios	10	7.371	(2.020)	5.351	2.379	(1.925)	454
Instalações	10	706	(619)	87	668	(599)	69
Benfeitorias	10	1.868	(155)	1.713	603	(42)	561
Outras imobilizações	10	2.171	(301)	1.870	956	(235)	721
		93.228	(13.604)	79.624	21.713	(11.899)	9.814

(a) Refere-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

(b) Provisão para perda com imobilizado refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros que não fazem parte da aquisição da CEUSNP, porém, que permanecem no acervo líquido adquirido. Esta provisão não afetou o resultado do exercício da Companhia, pois já constava do balanço de abertura da empresa adquirida.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

A demonstração da movimentação imobilizado nos exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

a) Controladora

Custo	Movimentação							Saldo em 31/12/2015
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	
Acervo bibliográfico	3.162	2.962		6.124	755	-	-	6.879
Veículos	223	93	(30)	286	14	-	-	300
Equipamentos de informática	3.791	1.188	(937)	4.042	840	(59)	-	4.823
Máquinas e equipamentos	6.380	403	(128)	6.655	1.295	(130)	-	7.820
Móveis e utensílios	2.160	236	(17)	2.379	611	(27)	-	2.963
Instalações	668			668	26	-	-	694
Terrenos				-	-	-	-	-
Equipamentos audiovisuais					-	-	-	-
Benfeitorias	1	625	(23)	603	1.265	-	-	1.868
Outras imobilizações	818	235	(97)	956	2.096	(1.410)	-	1.642
Total	17.203	5.742	(1.232)	21.713	6.902	(1.626)	-	26.989

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

a) Controladora--Continuação

	Controladora - Movimentação							
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2015
Depreciação								
Acervo bibliográfico	(1.917)	(352)		(2.269)	(546)	-		(2.815)
Veículos	(159)	(33)	11	(181)	(39)		-	(220)
Equipamentos de informática	(2.959)	(471)	931	(2.499)	(562)	58	-	(3.003)
Máquinas e equipamentos	(3.858)	(400)	109	(4.149)	(429)	107	-	(4.471)
Móveis e utensílios	(1.832)	(106)	13	(1.925)	(124)	29		(2.020)
Instalações	(578)	(21)		(599)	(20)	-	-	(619)
Terrenos				-	-	-	-	-
Equipamentos audiovisuais						-	-	-
Benfeitorias		(42)		(42)	(113)	-		(155)
Outras imobilizações	(189)	(46)		(235)	(70)	4	-	(301)
Subtotal	(11.492)	(1.471)	1.064	(11.899)	(1.903)	198	-	(13.604)
Total	5.711	4.271	(168)	9.814	4.999	(1.428)	-	13.385

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015
Custo									
Acervo bibliográfico	3.162	2.962		6.124	758	755			7.637
Veículos	223	93	(30)	286	328	14	-	-	628
Prédios				-	58.270	-	-	-	58.270
Equipamentos de informática	3.791	1.188	(937)	4.042	1.560	840	(59)		6.383
Máquinas e equipamentos	6.380	403	(128)	6.655	374	1.295	(130)	-	8.194
Móveis e utensílios	2.160	236	(17)	2.379	4.408	611	(27)	-	7.371
Instalações	668			668	12	26	-	-	706
Terrenos				-	-	-	-	-	-
Equipamentos audiovisuais					-	-	-	-	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	1	625	(23)	603	-	1.265	-	-	1.868
Outras imobilizações	818	235	(97)	956	529	2.096	(1.410)	-	2.171
Subtotal	17.203	5.742	(1.232)	21.713	66.239	6.902	(1.626)	-	93.228

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

b) Consolidado--Continuação

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015
Depreciação									
Prédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acervo bibliográfico	(1.917)	(352)	-	(2.269)	-	(546)	-	-	(2.815)
Veículos	(159)	(33)	11	(181)	-	(39)	-	-	(220)
Equipamentos de informática	(2.959)	(471)	931	(2.499)	-	(562)	58	-	(3.003)
Máquinas e equipamentos	(3.858)	(400)	109	(4.149)	-	(429)	107	-	(4.471)
Móveis e utensílios	(1.832)	(106)	13	(1.925)	-	(124)	29	-	(2.020)
Instalações	(578)	(21)	-	(599)	-	(20)	-	-	(619)
Equipamentos audiovisuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	(42)	-	(42)	-	(113)	-	-	(155)
Outras imobilizações	(189)	(46)	-	(235)	-	(70)	4	-	(301)
Subtotal	(11.492)	(1.471)	1.064	(11.899)		(1.903)	198	-	(13.604)
Total	5.711	4.271	(168)	9.814	66.239	4.999	(1.428)	-	79.624

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 2.236 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.396). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 925 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.345) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo anterior	1.396	185
(+) Adição	925	1.345
(-) Amortização	(85)	(134)
Saldo final	2.236	1.396

8. Intangível

É composto por:

a) Controladora

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido
Software	2.087	(1.613)	474	2.004	(1.358)	646
	2.087	(1.613)	474	2.004	(1.358)	646

b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágio (b)							
CEUNSP (a)	-	47.650	-	47.650	-	-	-
CEUNSP (a)							
Marca	4% a.a	10.787	-	10.787	-	-	-
Relacionamento com clientes	11% a.a	3.849	-	3.849	-	-	-
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	8.171	-	8.171	-	-	-
Software	20% a.a	2.329	(1.613)	706	2.004	(1.358)	646
		72.776	(1.613)	71.163	2.004	(1.358)	646

(a) Ágio proveniente da aquisição efetuada pela Companhia em 2015 (vide Nota Explicativa 1) em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos" e no Consolidado foi reclassificado para a rubrica "Intangível".

(b) Vida útil indefinida, sujeito a teste de recuperabilidade ("impairment test").

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Custo								
Software	10% a.a.	1.951	172	(119)	2.004	144	(61)	2.087
Amortização								
Software	10% a.a.	(1.161)	(316)	119	(1.358)	(316)	61	(1.613)
Total		<u>790</u>	<u>(144)</u>	<u>-</u>	<u>646</u>	<u>(172)</u>	<u>-</u>	<u>474</u>

b) Consolidado

Movimentação	Vida útil	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Custo									
Ágio									
Ceunsp – Ágio rentabilidade futura (a)	indefinida	-	-	-	-	47.650	-	-	47.650
Alocação do preço de compra – CEUNSP									
Marca	definida	-	-	-	-	10.787	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	definida	-	-	-	-	3.849	-	-	3.849
Cláusula de Não - Concorrência	definida	-	-	-	-	8.171	-	-	8.171
Software	definida	1.951	172	(119)	2.004	232	144	(61)	2.319
Total do Custo		<u>1.951</u>	<u>172</u>	<u>(119)</u>	<u>2.004</u>	<u>70.689</u>	<u>144</u>	<u>(61)</u>	<u>72.776</u>

Consolidado Movimentação	% taxa de amortização	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Amortização									
Alocação preço de compra – CEUNSP									
Marca	4% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Relacionamento com clientes	11% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Cláusula de Não - Concorrência	20% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Software		<u>(1.161)</u>	<u>(316)</u>	<u>119</u>	<u>(1.358)</u>	<u>-</u>	<u>(316)</u>	<u>61</u>	<u>(1.613)</u>
Total da Amortização		<u>(1.161)</u>	<u>(316)</u>	<u>119</u>	<u>(1.358)</u>	<u>-</u>	<u>(316)</u>	<u>61</u>	<u>(1.613)</u>
Total		<u>790</u>	<u>(144)</u>	<u>-</u>	<u>646</u>	<u>70.689</u>	<u>(172)</u>	<u>-</u>	<u>71.163</u>

a) Sujeito a teste de recuperabilidade ("impairment test");

Os ativos classificados como "Software" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e sua controlada, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência perpétua e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

A parcela do ágio não alocada foi identificada através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de arrendamento mercantil	(a) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	1.288	948	1.630	948
Contratos FINAME	(b) Taxa pré 0,3274% a.m acima TLPJ	-	41	-	41
Notas promissórias comerciais	(c) Taxa CDI + taxa pré de 2,85%	121.953	-	121.953	-
		123.241	989	123.583	989
Passivo circulante		122.776	379	123.118	379
Passivo não circulante		465	610	465	610

a) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil.

b) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos.

c) Em 22 de dezembro de 2015, visando recursos para expansão e aquisição, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela ACEF S.A., no valor de total de R\$ 122.000 sendo cada uma no valor de R\$ 22.400. As Notas Promissórias Comerciais possuem prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2016. Como garantia da operação foi dado aval pela Companhia. Os gastos com a emissão das referidas notas comerciais foram de R\$662 e serão amortizados até a data de vencimento. Os juros incidentes sobre estas notas comerciais correspondem a 100% da variação do CDI e juros de 2,85% a.a.. Até a data de seus vencimentos, a companhia tem como objetivo o resgate destas Notas Promissórias Comerciais e e imediata emissão de debêntures simples, em mesmos valores e condições, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Lei 6.385/76, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.o 566/2015, da Instrução CVM n.o 476/09 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias

- Da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.
- As notas promissórias tem como garantia da Companhia que cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos futuros debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, decorrentes do pagamento das mensalidades devidas pelos alunos da Unifran.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	273	273
2018	192	192
Total	465	465

Os empréstimos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- Se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- Se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- Se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	2.587	2.619	4.611	2.619
Provisão para férias e encargos	3.353	4.192	4.787	4.192
FGTS a recolher	438	415	1.218	415
INSS a recolher	1.175	1.246	1.590	1.246
Outras obrigações	15	14	75	14
Total	7.568	8.486	12.281	8.486

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a recolher	1.052	927	1.829	927
Impostos retidos	45	25	612	25
ISS a recolher	781	653	938	653
IRPJ e CSLL	215	136	215	136
PIS e COFINS a recolher	144	302	192	302
REFIS (a)	733	3.734	733	3.734
Parcelamento ISS (b)	4.539	5.122	4.539	5.122
Total	7.509	10.899	9.058	10.899
Passivo circulante	3.729	6.329	5.278	6.329
Passivo não circulante	3.780	4.570	3.780	4.570

(a) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, a controladora Unifran aderiu ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.

(b) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controladora Unifran aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos cíveis	188	171	194	171
Processos trabalhistas	1.165	1.285	2.362	1.285
Total	1.353	1.456	2.556	1.456

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	171	-	1.285	1.456
Adições / (Reversões)	17	-	(120)	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	188	-	1.165	1.353

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	171	-	1.285	1.456
Aquisição por aquisição (Ceunsp)	6	-	1.197	1.203
Adições / (Reversões)	17	-	(120)	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	194	-	2.362	2.556

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também, estão sujeitos a exame e à aprovação final pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$194 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 171 em 31 de dezembro de 2014).

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos cíveis com perda provável--Continuação

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 2.362 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.285 em 31 de dezembro de 2014).

Ressarcimento para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Da totalidade dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2015: (a) 3 processos de natureza cível, no valor total estimado em R\$47, e (b) 22 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$775, referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Companhia, anteriores à aquisição pela controladora da Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, que excedam o valor de R\$14.000, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui os seguintes processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos cíveis	423	1.851	592	1.851
Processos tributários	10.727	9.501	10.727	9.501
Processos trabalhistas	1.286	3.803	3.055	3.803
Total	12.436	15.155	14.374	15.155

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 592 (R\$ 1.851 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Ação indenizatória proposta contra a controlada Unifran por estudantes que alegam terem sido vítimas de estelionato por indivíduo que se passava por tutora representante de polo de cursos supostamente ofertados pela Unifran na cidade de Nova Ponte- MG, tendo matriculado tais alunos, realizado atividades e recebido valores de mensalidades, sem o conhecimento e autorização da Unifran. Pleiteiam o reconhecimento das atividades realizadas perante a suposta tutora, regularização de sua vida acadêmica, convalidação dos estudos sem custos. Alternativamente, na impossibilidade de convalidação, pleitearam a restituição dos valores pagos a título de mensalidade, cujo valor não foi indicado na inicial e indenização por danos morais. Foi considerado pelos advogados o valor de R\$50 como perda possível.

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$3.055 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.803 em 31 de dezembro de 2014).

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$10.727 em 31 de dezembro de 2015 (R\$9.501).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há 18 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a controlada Unifran discutindo principalmente não lançamento de contribuições, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$10.727. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Unifran pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações por aquisições de participações societárias

	<u>Controladora</u>
(+) Aquisição CEUNSP	116.550
(+) Juros	26
(-) Pagamento	<u>(101.550)</u>
Saldos em 31/12/2015	15.026
Passivo Circulante	5.026
Passivo não Circulante	10.000

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$ 6.869 (R\$ 6.869 em 31 de dezembro de 2014) composto por 400.182 (400.182 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	<u>Ações</u>	<u>% Part.</u>	<u>Ações</u>	<u>% Part.</u>
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100.00%	400.181	100.00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	<u>400.182</u>	<u>100%</u>	<u>400.182</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da lei das sociedades por ação.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, "o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos".

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

O demonstrativo e a movimentação dos dividendos são conforme segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	47.069	39.360
Compensação de prejuízos acumulados	-	(19.672)
Base para reserva legal	<u>47.069</u>	<u>19.688</u>
Constituição para reserva legal (i)	<u>(310)</u>	<u>(984)</u>
Base para dividendo mínimo obrigatório	<u>46.759</u>	<u>18.704</u>
Dividendos distribuídos	<u>(28.171)</u>	<u>(17.142)</u>
Proposta para aumento de capital (ii)	<u>(15.131)</u>	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	<u>(3.457)</u>	<u>(1.562)</u>

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social.

(ii) O Art. 199 da lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$ 15.131 do saldo de reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

15. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	47.069	39.360
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação	400.182	400.182
Lucro por ação em R\$	117,62	98,36

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

16.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

16.2. Instrumentos financeiros

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota explicativa 4 e sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas na Nota explicativas 9.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

16.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Sensibilidade à taxa de juros--Continuação

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2015:

Cenário em 31 de dezembro de 2015 (Controladora):

Operação	Risco	31/12/2015	Provável (CDI - 14,25%%)	Variação 25%	Variação 50%
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	123.241	140.803	145.194	154.251

Cenário em 31 de dezembro de 2015 (Consolidado):

Operação	Risco	31/12/2015	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	123.583	141.194	145.594	154.679

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

16.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Sensibilidade à taxa de juros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e sua controlada têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2014							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	379	610	-	989	379	610	-	989
Fornecedores	500	-	-	500	500	-	-	500
Obrigações tributárias	6.329	3.770	800	10.899	6.329	3.770	800	10.899
Total	7.208	4.380	800	12.388	7.208	4.380	800	12.388

Passivos financeiros	31/12/2015							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	122.776	465	-	123.241	123.118	465	-	123.583
Fornecedores	1.552	-	-	1.552	2.540	-	-	2.540
Obrigações tributárias	3.729	2.513	1.266	7.508	5.278	2.513	1.266	9.057
Obrigações por aquisição de participação societária	5.026	5.000	5.000	15.026	5.026	5.000	5.000	15.026
Total	133.083	7.978	6.266	147.327	135.962	7.978	6.266	150.206

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

16.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	123.583	989
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.059)	(2.108)
(-) Aplicações financeiras	-	-
(=) Dívida Líquida	115.524	(1.119)
Patrimônio líquido	28.394	9.495
Dívida líquida e patrimônio líquido	143.918	8.376

16.3. Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	8.059	2.108	8.059	2.108
Contas a receber (Nota 5)	30.839	20.470	30.839	20.470
Total	38.898	22.578	38.898	22.578
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	123.583	989	126.574	1.013
Fornecedores	2.540	500	2.540	500
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 13)	15.026	8.486	15.026	8.691
Total	141.149	9.975	144.140	10.204

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

16.3. Valor justo--Continuação

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- i) Os valores de contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- ii) O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures aproxima-se do valor justo, pois seus valores de mercado não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Hierarquia do valor justo - A Companhia não possuía instrumentos financeiros ativos e passivos contabilizados a valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 .

17. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta				
Cursos de graduação	192.995	158.953	192.995	158.953
Cursos de pós-graduação	5.196	7.545	5.196	7.545
Cursos técnicos e colégio	11.397	10.871	11.397	10.871
Outras receitas	1.519	2.642	1.519	2.642
	211.107	180.011	211.107	180.011
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(47.592)	(35.539)	(47.592)	(35.539)
Devoluções de mensalidades e taxas	(3.101)	(991)	(3.101)	(991)
Tributos	(4.561)	(4.168)	(4.561)	(4.168)
Receita líquida	155.853	139.313	155.853	139.313

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos sociais	(70.549)	(72.810)	(70.549)	(72.810)
Depreciação de imobilizado	(1.903)	(1.471)	(1.903)	(1.471)
Amortização do software e produção materiais EAD	(316)	(316)	(316)	(316)
Amortização do intangível	-	-	-	-
Aluguel e condomínio	(5.298)	(3.509)	(5.298)	(3.509)
Energia elétrica, água e telefone	(1.922)	(1.446)	(1.922)	(1.446)
Utilidades, limpeza e segurança	(843)	(737)	(843)	(737)
Publicidade e propaganda	(2.760)	(2.366)	(2.760)	(2.366)
Serviços de terceiros	(11.369)	(8.860)	(11.369)	(8.860)
Manutenção e reparos	(966)	(383)	(966)	(383)
Materiais de consumo	(2.260)	(1.985)	(2.260)	(1.985)
Provisão para demandas judiciais	103	5.886	103	5.886
Custos com parceria	(788)	(964)	(788)	(964)
Custos pedagógicos	(509)	(1.225)	(509)	(1.225)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.690)	(3.844)	(5.690)	(3.844)
Outras	(1.538)	(2.062)	(1.538)	(2.062)
	(106.608)	(96.092)	(106.608)	(96.092)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(76.222)	(73.975)	(76.222)	(73.975)
Despesas gerais e administrativas	(22.923)	(22.395)	(22.923)	(22.395)
Depreciação e amortização	(2.219)	(1.787)	(2.219)	(1.786)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.690)	(3.844)	(5.690)	(3.844)
Outras despesas operacionais, líquidas	446	5.909	446	5.908
	(106.608)	(96.092)	(106.608)	(96.092)

19. Resultado financeiro

19.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas sobre aplicações financeiras	565	386	565	386
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	298	2.329	298	2.329
Outras receitas	36	14	36	14
Total das receitas financeiras	899	2.729	899	2.729

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro--Continuação

19.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controlada (a)	(26)	-	(26)	-
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(363)	(4.599)	(363)	(4.599)
Tarifas bancárias	(829)	(728)	(829)	(728)
IOF	(25)	(32)	(25)	(32)
Juros bancários e multas	(865)	(99)	(865)	(99)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(931)	(1.132)	(931)	(1.132)
Total despesas financeiras	(3.039)	(6.590)	(3.039)	(6.590)

(a) Refere-se a encargos financeiros aplicados sobre a parcela de contas a pagar por aquisição de participações societárias.

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.105	39.360	47.105	39.360
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(16.016)	(13.382)	(16.016)	(13.382)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(73)	(225)	(73)	(225)
Exclusões:				
Outras exclusões (i)	293	2.215	293	2.215
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	2.605	1.836	2.605	1.836
Total isenção - PROUNI	13.155	9.556	13.155	9.556
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(36)	-	(36)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(36)	-	(36)	-
	(36)	-	(36)	-

- (i) As principais adições e exclusões são oriundas das provisões de contingências, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 não são despesas indedutíveis.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Dentro de um ano	130	1.005
Após um ano, mas menos de cinco anos	859	799
	989	1.804

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	780	780	130	130
Entre um á cinco anos	798	508	1.051	818
Total Arrendamento Mercantil	1.578	1.288	1.181	948
Encargos Financeiros	(290)	-	(233)	-
Valor Presente	1.288	1.288	948	948

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	1.005	1.005	130	130
Entre um á cinco anos	1.003	625	1.051	818
Total Arrendamento Mercantil	2.008	1.630	1.181	948
Encargos Financeiros	(378)	-	(233)	-
Valor Presente	1.630	1.630	948	948

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Importância segurada	
	31/12/2015	31/12/2014
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	120.000	120.000
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	3.000	3.000
Queda de aeronave, fenômenos naturais, impacto de veículo terrestre e demais aéreo ou espacial	7.900	7.900
Danos elétricos	1.000	1.000
Outros	1.620	1.620
	133.520	133.520